

A questão da Reforma Agrária



"A verdade é
filha do
tempo e
não da
autoridade"
(Francis Bacon, 1561-1626)

A Reforma Agrária e os problemas nacionais

Planejamos um Congresso em torno de 4 mil participantes e esse Congresso teve a presença de mais de 4.800 participantes com predominância de delegados de base de todos os recantos do país.

PROBLEMAS NACIONAIS — Discutimos como dar ao país uma nova Constituição para substituir a colcha de retalhos que tenta orientar a sociedade brasileira. Discutimos a necessidade de redemocratização do país; a necessidade de revogação da legislação de exceção. Avaliamos as decisões já tomadas na área política para implantação das eleições em todos os níveis — eleições livres, sem aqueles casuísticos que orientaram as eleições dos governos anteriores.

Discutimos, também, a necessidade de mudanças profundas na política econômica. Sabemos que a política econômica é o carro-chefe das outras políticas. Foi exatamente por causa da desastrosa política econômica implantada pela ditadura dos últimos 21 anos que estamos, hoje, quase que numa encruzilhada: de um lado, a riqueza concentrada nas mãos dos grandes empresários, dos latifundiários, de outro, o desemprego, o subemprego, a fome e a miséria campeando entre as famílias dos trabalhadores, a inchação das cidades, resultante da expulsão dos companheiros do campo.

Um país com tanta terra, um país com a dimensão do nosso — 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados — as terras altamente concentradas nas mãos dos latifundiários e das multinacionais e 12 milhões de famílias sem terra. O trabalhador sendo estranho na sua própria terra. Companheiros que saíram do Nordeste e foram para São Paulo, Paran, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre, Sul do Pará e Maranhão e hoje estão sendo assassinados na disputa pela posse da terra, da terra prometida, que não ainda encontraram nesse país-continente, o Brasil. Isto é uma vergonha nacional.

Foi essa política econômica, companheiros, responsável pela multidão de crianças subnutridas; responsável, também por tantas famílias que moram debaixo das pontes, inclusive aqui em Brasília. Basta atravessar os viadutos, que agente vê quantas famílias existem sem ter, sequer, um barraco para morar. A Cidade Capital da República, que foi construída para abrigar 400 mil habitantes, hoje está com quase 1 milhão e 500 mil, dos quais quase a metade é de favela-

dos, que passam fome. Essa cidade não é mais luz, não é mais indicação para os trabalhadores.

É o FMI, são os países credores que vêm decidir o nosso destino se a gente pode ou não comer; se agente tem ou não direito ao emprego, à casa própria, ao leite, ao pão, a uma parcela de terra para trabalhar.

Companheiros, há criminosos neste país. Quem pratica, quem impõe uma política dessas à Nação; quem procura fechar a própria porta à classe trabalhadora; quem procura castrar a ação sindical; quem golpeia as decisões políticas desse país para impor uma política dessas à Nação, esse capitalismo que tem o nome selvagem, é criminoso.

Nessa Comissão discutimos, ainda, a questão da violência. A violência denunciada por este Congresso. Denúncia, em cima de fatos concretos; quase 200 companheiros, líderes sindicais, foram assassinados nos últimos 5 anos. Não são trabalhadores isolados que são assassinados, o que já seria demais: são as lideranças, aqueles que representam 50, 100 ou 200 famílias de trabalhadores; são os delegados sindicais; são os dirigentes sindicais; são os técnicos que estão sendo assassinados.

E, o que tem estimulado tudo isso é a impunidade. Nesses tantos casos de violência, acontecidos em todo o país (hoje dificilmente se encontra um Estado que não tenha um assassinato de dirigente sindical, de um delegado sindical), não se conhece um dos assassinos — grileiros, latifundiários, os principais mandantes — que esteja na cadeia. Mesmo nos casos mais recentes, em que, por força da ação sindical, as autoridades se viram obrigadas a investigar e prender os assassinos, em menos de dois meses todos foram soltos, como ocorreu em Minas Gerais, no assassinato do companheiro Elói.

Outras Comissões também discutiram assuntos importantes, mas essa teve um destaque maior porque é exatamente a política econômica que dá abertura ou não para as demais políticas. E, aí também, discutimos a dívida externa. A decisão deste Congresso é de que cada dia mais o governo vá adquirindo o apoio do Congresso Nacional, vá adquirindo o apoio da sociedade como um todo, para dar um não ao FMI; dar um não aos países credores; suspender o pagamento da dívida temporariamente e aplicar aqui os recursos

em programas que gerem empregos.

QUESTÕES AGRÁRIAS — Não basta enfrentar o inimigo de fora. Temos também inimigos aqui dentro do país, aqueles que não permitem a transformação de estruturas arcaicas. Inimigo é aquele que não vê no trabalhador um ser humano, um chefe de família.

Nós vivemos no país da discriminação. O Brasil é discriminado entre os países ricos, mas, aqui dentro, também há discriminação entre as diferentes camadas da população. Há aqueles poucos que têm tudo e aqueles que nada têm e passam fome. E, aí, vem a questão da Reforma Agrária, bem a concentração da terra nas mãos da latifundiários; 86% das terras cadastradas no Brasil, hoje, são consideradas latifúndios. E latifúndios, é a propriedade que não desenvolve a sua função social, que prejudica o desenvolvimento do município, do estado e da Nação. Esses latifundiários, que se organizam e procuram reagir, também vão ter pela frente a organização dos trabalhadores, que sabem que a terra é, para eles, fonte de vida, de trabalho, de liberdade e de segurança.

Essas questões foram amplamente discutidas e conclusões importantes foram tiradas nessa direção. Há exigência de decisão política do governo na implantação imediata de um Plano Nacional de Reforma Agrária.

Recebemos, com muito entusiasmo, as linhas gerais do Plano de Reforma Agrária, lançada na sessão inaugural deste Congresso, pelo Senhor Presidente da República, com o seu detalhamento feito aqui, nesta mesma plenária pelo Ministro da Reforma Agrária, Dr. Nelson Ribeiro, e pelo Dr. José Gomes da Silva, Presidente do INCRA.

As propostas deste Congresso vão servir de contribuição para o aperfeiçoamento deste Plano. Acredito que até as metas iniciais a serem perseguidas pelo Plano do Governo poderão ser aperfeiçoadas com base nas conclusões do nosso Congresso.

O que se pretende é dar uma contribuição às discussões dos membros da Assembléia Nacional Constituinte com relação ao Estatuto da Terra, buscando o seu aperfeiçoamento, principalmente no que se refere ao instituto da desapropriação da empresa rural. Precisamos saber a quem beneficiam essas empresas rurais e a quantos elas prejudicam. O institu-

to da desapropriação justa da propriedade, entre os outros aspectos, deverá passar por uma discussão da Assembléia Nacional Constituinte.

QUESTÕES TRABALHISTAS — Foi outro tema que discutimos neste Congresso. Os salários justos, baseados em aumentos reais, a contratação coletiva, o estabelecimento de uma lei de greve simples, à altura da organização e da necessidade dos trabalhadores e não uma lei de greve que facilite a interferência da polícia para desorganizar os piquetes e os comandos de greve.

PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL — A previdência foi outro assunto debatido. Os companheiros da cidade lamentam as suas deficiências e os companheiros do campo lamentam a discriminação que existe entre a previdência aplicada à cidade e que é aplicada ao campo. O que os trabalhadores rurais pretendem é, pelo menos, a equiparação de benefícios entre a previdência rural e a urbana.

POLÍTICA AGRÍCOLA — A desastrosa política agrícola imposta pelo governo, durante esses 21 anos, de mecanização da lavoura no centro-sul do país, contribuiu de forma assustadora para multiplicar o trabalho temporário no campo, aumentar o número de bóias-frias, e, acima de tudo, acabar com a flora e a fauna e concentrar a renda da agricultura nas mãos de uns poucos médios e grandes latifundiários e proprietários. E a classe trabalhadora, os pequenos agricultores ficou marginalizada dessa política. Igualmente marginalizados ficaram aqueles que produzem alimentos. O mercado interno não mereceu atenção dessa política agrícola, voltada para a produção de monoculturas e exportação e energética para a produção de automóveis, enquanto a população da cidade e do campo passa fome.

Caros Companheiros trabalhadores rurais:

Essas conclusões citadas, e outras, constituem o documento que ora está sendo entregue ao Poder Legislativo, através da pessoa do Dr. Ulisses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados. Serão entregues também ao Presidente da República; o Ministro Fernando Lyra também acaba de receber a sua cópia. E serão divulgadas à sociedade. Caros Companheiros:

A nossa tarefa não termina aqui. Este foi um grande Congresso, que expressou o nível de consciên-

José Francisco da Silva

cia e de organização da classe trabalhadora rural na luta pela terra, na luta por melhores salários e condições de vida, na luta pela reorientação da política agrícola neste país, na luta pelo reassentamento nas áreas de barragens, na luta nas regiões de seca, pela transformação daquelas políticas que nada tem feito a não ser beneficiar os interesses do coronelismo do Nordeste.

Durante este 5 dias, tivemos um debate livre, no qual prevaleceu o bom-senso. Mas o nosso interesse não para aí. A missão do nosso Congresso tem também um caráter de orientação para a ação sindical, para o nosso dia-a-dia. Lugar de dirigente sindical é onde tem problema de trabalhador, não é na sede do sindicato. E assim companheiros, com essa decisão, nós vamos fazer com que o nosso Movimento Sindical, cada vez mais, seja acreditado, tenha ressonância entre a classe trabalhadora, seja um órgão de expressão, que possa realmente pressionar diretamente o latifundiário, o patrão, e, quando necessário, o governo e até mesmo o Congresso Nacional, para implementar as medidas que atendam às nossas bandeiras.

Nós estamos vivendo num regime capitalista, companheiros. E regime capitalista é um regime de competição, é um regime de força; os grupos que se organizam, que são os de força, conseguem a maior fatia do bolo. E a classe trabalhadora terá que se organizar nos engenhos, nas fazendas e nas usinas. Através da nossa organização sindical vamos ativar nossas mentes, para fazer com que essas reformas sejam implementadas em nosso país. Porque não basta decisão política, não basta e elaboração de planos. Sem a organização do povo, sem o avanço das lutas, pouca coisa será feita neste país.

E assim, encerrando, companheiros, saúdo a todos os congressistas e assumo com vocês — a diretoria da CONTAG e assessoria — essa disposição de ir às bases e organizar nossas lutas, até conquistarmos a Reforma Agrária e uma sociedade mais justa neste país.

Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) Trechos do discurso proferido no encerramento do 4º Congresso da CONTAG, realizado em maio de 1985, com a presença de 4.800 delegados representando 22 federações de todo o país.